



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 95/2020 - 5ª. PJPA

Pouso Alegre, 04/06/2020

Exmo. Sr. Presidente,

Considerando os fatos registrados como Notícia de Fato nº MPMG 0525.20.000378-4, com fundamento no art. 129, inciso VI da CF, art.8º, §1º da Lei nº 7347/85, e art. 26, inciso I, alínea "b" da Lei 8625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), é o presente para solicitar a V. Exª. encaminhe a este órgão ministerial, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes informações/documentos:

- 1) Quantos e quem são os servidores cedidos e/ou requisitados e recebidos a título de cessão/requisição existente na estrutura funcional desse órgão público?
- 2) Quais os valores das remunerações desses servidores, tanto no cargo de origem quanto no cargo onde atualmente exercem as suas funções?
- 3) Esses servidores pertencem a qual órgão (lotação de origem)?
- 4) Qual é a justificativa que embasa as mencionadas cessões/requisições?
- 5) Qual é o fundamento legal que autoriza tais atos?
- 6) Ante a cessão/requisição, o ônus com o pagamento desses servidores fica com qual órgão?
- 7) Remessa de cópia dos atos que implementaram cada uma das cessões/requisições.

Atenciosamente,

Agnaldo Lucas Cotrim
Promotor de Justiça

Exmo. Sr.
Dr. RODRIGO MODESTO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
POUSO ALEGRE/MG